

EDITORIAL

No atual panorama das revistas científicas no Brasil, por seu vínculo a uma entidade nacional, a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais integra o reduzido número de veículos na área dos estudos urbanos e regionais que ultrapassam os limites institucionais de um departamento ou de um curso de pós-graduação. Além disso, a RBEUR tem como estratégia não pertencer a uma região específica e não assumir uma identidade regionalizada. Por esta inserção e pelas opções editoriais que estão em sua origem e que vêm sendo perseguidas desde sua criação em 1999, a RBEUR vem se consolidando como um periódico multidisciplinar e de abrangência nacional.

Esta condição é, ao mesmo tempo, privilegiada e desafiadora. Privilegiada, pois a Anpur é uma instituição com legitimidade institucional e acadêmica: mantém sólidas relações com um amplo leque de instituições nacionais e internacionais; tem assento no Conselho das Cidades e no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Ministério das Cidades; é associada à SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), organizando regularmente atividades científicas em suas reuniões anuais e, ao lado de outras oito associações científicas localizadas em diferentes regiões do planeta, integra a rede Global Planning Education Association Network (GPEAN). É desafiadora pois, para contribuir efetivamente para o adensamento do debate em escala nacional e internacional, coloca-se um duplo compromisso. Por um lado, expressar a diversidade disciplinar, temática e conceitual do campo dos estudos urbanos e regionais, em geral, e da instituição, em particular. Por outro, preservar autonomia das particularidades e/ou injunções conjunturais a que uma instituição está sujeita.

Esta edição da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais reafirma o trabalho de refinamento de seu projeto editorial desenvolvido nos últimos dois anos. A partir de 2011, cada edição passou a se estruturar em torno de um tema que conforma um núcleo temático. Foram introduzidas chamadas temáticas formuladas a partir da análise dos trabalhos e sessões livres apresentados nos Encontros Nacionais da Anpur, extraindo questões de pesquisa emergentes e transversais aos diferentes campos disciplinares e das interlocuções internacionais da área. Para a definição dos temas foram incorporadas, também, pautas de debates emergentes, em fóruns nos quais a Anpur é solicitada a participar, ou questões sinalizadas em encontros promovidos ou apoiados pela Anpur.

Nesta terceira experiência de organização de edições temáticas podemos afirmar que esta opção vem repercutindo positivamente tanto enquanto estratégia de estabelecer uma agenda editorial comprometida com a multidisciplinaridade que caracteriza e diferencia a Anpur, como no próprio processo de elaboração da revista. Avanços são perceptíveis na qualidade dos trabalhos recebidos, na problematização dos textos pelos pareceristas, no diálogo com os autores e no trabalho dos editores e da comissão editorial para organização de cada edição.

Ao colocar o foco em políticas que vêm sendo objeto de experimentações, reivindicações e de debates, do ponto de vista das teorias e das práticas no contexto

brasileiro e internacional, o tema desta edição – *O lugar e os desafios das políticas setoriais* – colabora com a perspectiva de conferir à revista um papel pró-ativo no debate sobre as questões urbanas e regionais. Ações integradas na formulação e gestão de diferentes políticas públicas que incidem sobre o território, a transversalidade entre as políticas de diferentes recortes territoriais, a incorporação de setores da sociedade civil e de organizações não governamentais nesses processos, são questões abordadas e problematizadas nos nove textos do núcleo temático.

Oito textos discutem políticas em processo de implantação e seus vínculos com a reformulação do aparato institucional que rege a política urbana, a política ambiental e as relações entre Estado e sociedade no Brasil pós-Constituição de 1988, e revelam um esforço coletivo de pesquisas que se voltam para a avaliação de experiências em curso nas últimas décadas. Revelam o momento presente como um momento de mudanças e, por conseguinte, um momento de impasses e ambiguidades. Nesse sentido, os textos oferecem um panorama dos desafios enfrentados e a enfrentar, tanto para efetivar a superação das desigualdades na escala urbana e regional, como para superar a intervenção meramente setorial, em geral desarticulada, fruto de uma estrutura organizacional compartimentada, que repercute nas estruturas de poder e na distribuição de recursos.

A análise dos impasses entre a construção de um forte aparato institucional apoiado na primazia do planejamento inclusivo e a interferência de fatores de ordem local na gestão das terras públicas é desenvolvida em *Mudanças paradigmáticas entre a formulação e a implementação: política urbana e gestão do patrimônio da união no Brasil*, de Suely Leal e Jennifer Borges. Recorrendo ao aporte teórico da Ciência Política associado ao neoinstitucionalismo, que retoma a importância do aparato estatal na condução dos assuntos públicos no contexto de retração do Estado e de supremacia dos interesses de mercado, as autoras mostram que, ao nível da implementação, a gestão é conduzida efetivamente em consonância com o arranjo de forças que constitui a governança urbana.

As ambiguidades nas relações entre a indústria petrolífera e o processo de desenvolvimento, marcadas por conexões com o mercado nacional e internacional e pela capilaridade de impactos no território regional e local são analisadas por Rosélia Piquet em *O lugar do regional na indústria do petróleo*. A partir do estudo da região Norte Fluminense, onde a ampliação da importância do petróleo com as descobertas das reservas nas camadas pré-sal se vislumbra, a autora aponta a necessidade de maior rigor quanto ao uso dos recursos financeiros que terão como base essas novas descobertas e, ao mesmo tempo, a necessidade de uma política pública regional para que a região não permaneça tão dependente da economia petrolífera.

A partir de uma visão histórica de estruturas e instituições, Ana Lucia Britto, Sonaly Borges de Lima, Léo Heller e Berenice Cordeiro recuperam o processo de construção da política de saneamento do período Lula (2003-2010) em *Da fragmentação à articulação: a política nacional de saneamento e seu legado histórico*. Segundo os autores, a inércia e resiliência das abordagens tecnocêntricas enraizadas no setor constituem o elemento dificultador da incorporação de visões globalizantes, multidimensionais e intersetoriais. O Plano Nacional de Saneamento Básico é interpretado como oportunidade para uma nova política, em que a intersectorialidade seja seu marco referencial.

Três textos abordam as recentes estratégias de proução de habitação no Brasil. *Conceitos divergentes para políticas convergentes. Descompassos entre a política nacional de*

habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida, de Paulo Nascimento Neto, Tomás Moreira e Zulma Schussel, e *Plano de habitação, produção de habitação: as fronteiras de conflito da política pública – considerações a partir de um estudo de caso em São Carlos (SP)*, de Magaly Marques, analisam os conflitos, as divergências e os descompassos entre o Programa Minha Casa, Minha Vida e o Plano de Habitação Nacional e os Planos Locais de Habitação de Interesse Social. Os processos de remoção relacionados às intervenções urbanísticas voltadas para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro são analisados por Alexandre Magalhães em *Entre o legal e o extralegal: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro*. As práticas estatais nestes territórios não podem ser entendidas, segundo o autor, em termos de lei e transgressão, mas como práticas que se situam simultaneamente dentro e fora da lei.

Samuel Pupo e Laura Bueno discutem a contradição entre a esperança nos processos participativos depositada pela influente literatura das áreas de urbanismo e ciência política em um contexto de transição e reforma democrática e a persistência de um modelo de acesso à urbanidade extremamente desigual em *Entre avanços e retrocessos: as contradições ou armadilhas da participação no planejamento urbano participativo*. A partir de um estudo de caso sobre a política pública de manejo de águas pluviais do programa Saneamento para Todos do Governo Federal, no município de Jundiá (SP), revelam os limites da representação política exercida pelos Conselhos Gestores de Políticas Públicas.

O núcleo temático se completa com uma análise da produção social dos assentamentos e favelas localizadas na Área Metropolitana de Buenos Aires. Em *Estrategias de acceso al suelo y a la vivienda en barrios populares del área metropolitana de Buenos Aires*, María Mercedes Di Virgilio, María Soledad Mejica e Tomás Guevara investigam os processos de integração, urbanização e consolidação de um conjunto de bairros, revelando trajetórias familiares, estratégias de acesso à terra e à moradia, e as mudanças no bairro, no lote e na habitação.

Fora do núcleo temático, três artigos discutem questões conceituais de distintos campos disciplinares. Em *Babel insaciável. Modernidade e urbanização nos Estados Unidos conforme Paul Vidal de la Blache*, Guilherme Ribeiro define o geógrafo Vidal de la Blache como um intérprete da modernidade. O autor recupera um texto de La Blache de 1905 para analisar seu interesse pelo fenômeno urbano e a repercussão da experiência norte-americana em sua produção e na formulação de uma agenda empírica e epistemológica que se mantém atual para o entendimento de um mundo cada vez mais global.

Em *La estructura urbana de Buenos Aires*, Flávio Villaça analisa os processos de organização interna de Buenos Aires, utilizando o conceito de segregação urbana e a metodologia desenvolvidos em seus consagrados estudos sobre as metrópoles brasileiras. O autor explicita toda a gramática conceitual mobilizada para mostrar as características e especificidades dos processos de segregação espacial da capital argentina.

Carlos Andrade e Alessandra Pavesi abordam processos participativos no planejamento de campi universitários, destacando a incorporação da questão ambiental nesses processos em *O planejamento de campi universitários como prática participativa e educativa*. Para o desenvolvimento do argumento, os autores recuperam experiências internacionais detectando princípios e referências urbanísticas num arco temporal de quase meio século.

Na seção Resenhas, são analisados dois livros que abordam questões relacionadas às cidades a partir de perspectivas e temporalidades diversas – a da atuação do poder público no momento presente e a da revisão da historiografia do período colonial.

À quoi sert la rénovation urbaine?, organizado por Jacques Donzelot e resenhado por João Carlos dos Santos Monteiro, analisa o Programa Nacional de Renovação Urbana lançado pelo governo francês em 2003 com o objetivo de promover a transformação dos subúrbios populares constituídos pelos grandes conjuntos habitacionais dos anos 1950. A questão da renovação urbana é cercada pelos autores a partir de três eixos analíticos: da concepção do Programa como desconstrução da identidade negativa atribuída aos conjuntos, do Programa enquanto mudança da política urbana francesa e dos efeitos socioespaciais que promove.

O livro de Cláudia Damasceno Fonseca, *Arraiais e vilas D'el Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*, resenhado por Renato Cymbalista, analisa o processo de urbanização colonial de Minas Gerais em diferentes escalas territoriais, mobilizando interpretações referenciadas na arquitetura e urbanismo, na geografia e na história. A partir de vasta pesquisa documental, traz à luz interpretações inovadoras sobre agentes sociais e instituições organizadas e atuantes no período.

Por fim, cabe colocar que com esta edição se encerra a minha colaboração como editora responsável; de Renato Cymbalista como editor adjunto; de Ana Fernandes e Maria Cristina Leme como membros da Comissão Editorial. A produção de uma revista é um trabalho coletivo que envolve editores, comissão editorial, conselho editorial, autores, pareceristas, secretária, editor de arte, revisores, além de membros da diretoria da Anpur. Os dois anos em que tive a honra de pertencer a este coletivo foram marcados pela estreita colaboração e pelo compromisso institucional.

SARAH FELDMAN
Editora responsável